



Encontro  
da Rede **10**<sup>o</sup>  
de Estudos Rurais

**"Terra, Fome e Poder:  
Desafios para o rural contemporâneo".**

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

## **EDUCAÇÃO COMO OBJETO DE DISPUTA ENTRE O AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA CAMPONESA E O CASO DE RIBEIRÃO PRETO**

Bruno César Castro Cunha<sup>1</sup>

**GT 10:** Movimentos sociais e disputas territoriais e ambientais no Brasil contemporâneo.

### **RESUMO**

Há tempos que se sabe que deter o domínio da educação pode ser mais eficaz para a conquista territorial do que até mesmo a devastadora investida militar, razão pela qual se tornou objeto de disputa entre os representantes das elites agrárias do país e movimentos sociais de luta pela terra em todo país. Na região de Ribeirão Preto, que dentre muitos títulos que se concedeu, conclama também o de capital do agronegócio, devido à sua ligação histórica com a monocultura. E diante de tamanho avanço, os movimentos sociais lutam para expor a relação da presença/expansão do agronegócio com o fechamento ou a não existência de escolas em áreas rurais, e apresentam formas de resistência da população camponesa, como a atuação do MST na região, alertando sobre a importância de uma escola do campo no assentamento local.

Palavras-chave: educação - disputa - agronegócio - Ribeirão Preto

### **INTRODUÇÃO**

Na última década tem se intensificado entre os movimentos sociais de luta pela terra, em especial o MST, a pauta relacionada ao fechamento de

---

<sup>1</sup>Mestrando em Geografia pelo Programa de desenvolvimento territorial da América Latina e Caribe - Territorial - UNESP / EENF . E-mail: brunoccc.adv@gmail.com.

dezenas de milhares de escolas em áreas rurais por todo território nacional.

Em razão desta luta, surgiram estudos que evidenciaram uma relação entre a expansão do agronegócio com o fechamento das escolas em áreas rurais, trazendo à tona novamente a antiga que estão sobre a educação como instrumento ideológico e o domínio do território por quem monopoliza os espaços escolares.

A região de Ribeirão Preto foi escolhida por ser o local onde o agronegócio mais se afirma ideologicamente, mas que também produz grandes militantes, haja visto que apresenta focos históricos de resistência de luta pela terra, como por exemplo, o Assentamento Mario Lago do MST e seus aliados, que por sua vez se mostra como celeiro de ativistas de direitos humanos, que têm causado embates interessantes, não mais apenas sobre a presença dos assentamentos e acampamentos na região, mas também sobre a educação, tendo em vista que nunca houve uma escola naquela área, apesar da luta das mulheres do movimento.

A realidade e o desafio atual dos movimentos sociais de luta pela terra em áreas praticamente urbanas, ou muito próxima delas, como é o caso do Mario Lago e outras ocupações na região, é a volta das pessoas aglomeradas em favelas para o campo. Mas para que isso ocorra, aparelhos de políticas públicas como unidades de saúde e escolas, precisam estar presentes no ambiente rural, do contrário seria impossível a vida destas pessoas nestes territórios.

Se hoje há evidências de que a expansão do agronegócio é um indicador da ausência de escolas do campo, o que dizer de um território que desde sua fundação como povoado foi alvo do latifúndio e da monocultura. Por isso a análise da relação do agronegócio com a educação e as formas de atuação dos movimentos sociais naquela região são muito interessantes e se mostram necessários para compreender as estratégias de ambos os lados.

A educação, a música, a arte e tantos outros elementos da cultura são objetos de disputa entre as forças que disputam ideologicamente o campo, também necessitam de análise com viés regionalizado,

especialmente locais onde historicamente prevaleceu o agronegócio, como em Ribeirão Preto.

Para entender como a hegemonia foi tão eficazmente conquistada, é necessário analisar como elementos culturais foram utilizados à serviço do agronegócio e também quais são os movimentos de resistência que se contrapõe a este avanço.

Apesar de ser uma região que recebeu muitos imigrantes europeus no século XIX, principalmente em razão do desenvolvimento das lavouras de café, a população historicamente afetada pela ausência de políticas públicas para o campo naquela região foi majoritariamente negra e mestiça.

Sendo assim, um estudo que relaciona a ausência de educação do campo com a intensidade da presença do agronegócio em determinadas regiões, merece também uma análise com vistas às peculiaridades regionais e a capital do agronegócio pode ser uma boa fonte de informações de como o agronegócio implementa suas pautas e as faz serem aceitas pela sociedade.

## **DESENVOLVIMENTO**

Não é nova a concepção de que quem controla o conhecimento também controla o território e quando diz-se território, não quer dizer dominar somente a terra e seus recursos, mas também os corpos que existem sobre elas, pois sem o domínio destes, é impossível a expansão capitalista, tendo em vista que o sistema não se sustenta sem a exploração da mão de obra, portanto, se faz imprescindível conquistar as pessoas que vivem nos territórios a serem conquistados e, muitas vezes, subjugar populações forçadamente não é a via mais eficaz, sendo que a educação como aparelho de homogeneização ideológica se mostrou mais eficiente para a expansão de territórios que foram inicialmente conquistados pela via militar.

Pode-se citar um exemplo deste processo na América Latina nitidamente na presença dos jesuítas, que foram importante instrumento para estabelecer a presença europeia nas américas, presença esta não só física, mas também cultural, já que os índios eram catequizados e aldeias

inteiras passaram a viver sob a religião e a cultura estrangeira, de modo que em poucas gerações, toda sua identidade cultural ancestral já tenha se perdido e aquele indivíduo passe então a ser uma espécie de propagador da cultura do invasor.

O tempo passou, vieram a independência, a proclamação da república, diversos golpes de estado, mas a principal forma de produção de riquezas continua sendo o latifúndio, então não há como questionar o fato de que o projeto do invasor colonial antigo continua em execução, principalmente sabendo que praticamente toda a produção das plantations é destinada à exportação, assim como ocorria na era colonial e nos demais períodos que se seguiram no Brasil. Para além da estrangeirização da produção, também é importante citar que a propriedade da terra tem passado de famílias oligárquicas para grandes corporações estrangeiras.<sup>2</sup>

A pilhagem na América Latina pelas potências estrangeiras, apesar de intensa quase todo tempo, teve três picos principais (Adoue, 2020): o primeiro teria sido na colonização, o segundo na revolução industrial e o terceiro é o que está ocorrendo agora, em locais em que antes, o capitalismo não via como rentável, mas já há algum tempo tem desenvolvido interesse.<sup>3</sup>

Um desses territórios que são alvos no mencionado terceiro pico de pilhagem citado é a região de Ribeirão Preto, que durante o período colonial foi considerado um sertão despovoado e que somente após independência e a ascensão do ciclo do café é que o local passou a ser alvo do sistema de plantation e teve início o seu desenvolvimento econômico capitalista, já em meados do século XIX.

Ou seja, pode-se considerar que região de Ribeirão Preto, desde a sua fundação (1856), é um laboratório constante de plantation, tendo em vista que se desenvolveu, primeiramente em torno do ciclo cafeeiro e após o declínio dos cafezais, estes foram substituídos pelos canaviais que prevalecem até então.

---

<sup>2</sup>FREIRE, Paulo Francisco Soares. A questão da reforma agrária e do agronegócio, sob o aspecto da produtividade -: o caso da região de Ribeirão Preto-SP. 2013. 132 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2013.

<sup>3</sup>Nuestra América en la encrucijada: pandemia, rebeliones y estados de excepción María Orlanda Pinassi... [et al.]; compilado por Silvia Beatriz Adoue; María Orlanda Pinassi; Mariano Feliz. - 1ª. ed. volumen combinado.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta; Contrahegemoniaweb; México: Incendiar el océano, 2020

Reforçando a ideia de que Ribeirão Preto foi construída pelo e para o agronegócio, podem ser vistos em letreiros espalhados pela cidade autoafirmando ser o município a capital do agronegócio. Uma grande feira anual denominada Agrishow mobiliza ruralistas do mundo todo e é celebrada como uma grande festa do setor que ocorre todos os anos no município. A ABAG, uma das principais entidades brasileiras de representatividade do agronegócio também mantém sua sede na cidade, além de outros elementos urbanos que indicam que ali se trata de território dominado pelo agronegócio.

Um local que serviu de laboratório e de base para o agronegócio organizado, também é um ambiente fértil para identificar, analisar e compreender as estratégias utilizadas para a consolidação deste poder de maneira quase que incontestável pela população local.

O que se fará em seguida, é demonstrar como elementos culturais foram utilizados para a imposição da ideologia do agronegócio na região, fazendo uma exposição destes elementos, com ênfase na educação.

Para a imposição ideológica, o agronegócio iniciou se apropriando dos símbolos heráldicos do município, pois como se pode ver, o brasão da cidade é adornado com ramos de café e o hino, apesar de composto décadas após o declínio das lavouras cafeeiras, também rotula Ribeirão Preto como a terra do café, além de adotar o lema dos bandeirantes.

Importante dizer que nem o hino ou qualquer outro símbolo faz referência ao passado pré cafeeiro, como se nada tivesse existido antes da chegada do agronegócio.

Apesar de os pioneiros já se utilizarem da máquina de propaganda da imprensa para promover a região, é realmente com a chegada do café que isto se intensifica, de modo que durante o *belle époque*, período onde a elite brasileira estava determinada a transformar as capitais e as cidades portuárias em modelos de desenvolvimento higienistas com inspiração nas capitais europeias. E Ribeirão Preto, mesmo distante dos grandes centros ou do litoral, chegou a ser conhecida como a pequena Paris, tamanha era a potência da máquina de propaganda do agronegócio.

Nesta saga expansionista e modernizadora, Ribeirão

Preto se transformou não apenas em epicentro da produção cafeeira nacional, como também numa região privilegiada do Estado integrada a um circuito de negócios, sociabilidades, lazeres e empreendimentos que a fizeram conhecida no princípio do século XX por “Le Pays du Café” e “Petit Paris.”<sup>4</sup>

O *belle époque* e o caso da pequena Paris no interior paulista merece um trabalho próprio, pois para assimilar a cidade ao título, vários instrumentos de convencimento popular foram sendo utilizados para justificar a presença do agronegócio e a necessidade da prevalência dos seus interesses.

Um fato interessante deste período, foi a visita do rei Alberto da Bélgica em 1920, sobrinho e sucessor de Leopoldo II, responsável pelo massacre no Congo Belga. Isto por si demonstra o caráter conservador implementado pelo agronegócio desde os primórdios.

Mesmo com o declínio do café, a região continuou com seu caráter agrário e muitos fazendeiros e pessoas ligadas ao agronegócio passaram investir em fazendas de gado, mas mantendo suas bases comerciais e familiares em Ribeirão Preto.

Neste período, um interessante instrumento de propaganda do agronegócio foi a música caipira, que nas vozes de Tião Carreiro e Pardinho narraram uma briga épica entre o rei do café e o rei do gado, que teria ocorrido num bar em Ribeirão Preto.

Essa canção é chamada de O rei do gado, nome que também seria dado a uma novela da rede globo, que também fez bem seu papel à serviço do agronegócio, indo bem além de propagandas “agro é pop” em horário nobre.

A criação de uma novela que transformava magnatas ruralistas da região de Ribeirão Preto em heróis protagonistas da dramaturgia foi o auge da propaganda do agronegócio, reforçando o imaginário de que se tratava de um local muito rico, onde os reis do agro discutiam em bares da cidade

---

<sup>4</sup>Paziani, Rodrigo Ribeiro. Nos tempos da “petit paris”: a urbanização em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, no auge da economia cafeeira (1880-1930). ESTUDIOS HISTORICOS – CDHRPyB- Año V - Diciembre 2013 - Nº 11 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay. 2013.

como se fossem gente comum. Curiosamente, esta novela também tratava da questão agrária e dos movimentos dos trabalhadores na luta por terra e reforma agrária.

Vale dizer que, nesta época, a cidade já não era mais a pequenas Paris, mas agora era a Califórnia brasileira, uma nova versão da propaganda de desenvolvimento para atrair pessoa para a lavoura da cana de açúcar, a nova monocultura que foi implementada na região, até que finalmente se tornou a capital do agronegócio.

Importante dizer que deste desenvolvimento canavieiro se deve a um programa do governo federal nos anos 1980 denominado Pro-álcool. Este programa consistia em linhas de crédito especiais e financiamentos subsidiados para a produção de etanol<sup>5</sup>.

Percebam como a propaganda de que aquela cidade era rica criou uma dependência da população para com aquela riqueza ou aquele status. Essa dependência faz com que as pautas do agronegócio sempre sejam prioridades, pois sem eles, a cidade seria pobre.

Diante de um projeto tão avançado e consolidado pelo agronegócio, é comum questionar sobre o que fizeram as pessoas contrárias a este projeto. O que se pode dizer é que estas pessoas lutaram, cada uma ao seu modo. Não impediram o projeto do agronegócio, mas mantiveram a luta viva, como veremos a seguir.

Em contraposição ao estilo europeu adotado pelo agronegócio, com seus teatros e óperas do *belle époque*, mas fazendo uso das artes plásticas, Candido Portinari, considerado um dos maiores pintores brasileiros, retratava em suas telas a realidade de quem trabalhava no campo e também a vida sofrida dos retirantes que se deslocavam para e pela região, tal qual faziam os muralistas mexicanos.

Portinari, além da crítica social em suas obras, também se encarregou de pintar um campesinato brasileiro negro, rompendo com a arte europeia que sempre retratava um camponês branco ao estilo feudal e que vinha se reproduzindo no Brasil devido aos imigrantes europeus, principalmente

---

<sup>5</sup>JUNQUEIRA, Victor Hugo. Educação, trabalho e ideologia : análise da relação agronegócio e educação na região de Ribeirão Preto SP. 2014. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

italianos, atraídos pelas lavouras cafeeiras e pelos negócios que as orbitavam.

Para além de uma militância somente artística, Portinari se aventurou também no campo da política e se candidatou aos cargos de deputado federal e senador pelo PCB.

Enquanto a música caipira, que também já era chamada de sertaneja, vivia seu auge e o agronegócio se utilizava dela para propagandear seus interesses, algumas duplas, apesar de não citar ou criticar diretamente o estilo de vida agitada nos bares bem frequentados da pequena Paris, cantavam sobre o estilo vida simples naquela região, fazendo menção ao rio pardo (principal rio que banha a região), como se percebe nas letras da dupla caipira Cacique e Pajé.

Já nos tempos da Califórnia brasileira, em que o agronegócio já se utilizava de telenovelas em horário nobre para impor sua ideologia, pode-se destacar as lutas dos movimentos sociais pela terra, em especial o MST.

Apesar de os primeiros movimentos por terra na região datarem do início dos anos 1990 e estarem ligados aos movimentos grevistas de boias-frias dos anos 1980, foi só no final da década, com a chegada do MST, que a luta por terra em Ribeirão Preto passou a ser também ideológica, identificando o agronegócio como inimigo:

Em síntese, a luta pela terra na região de Ribeirão Preto teve uma dinâmica bem específica. Por um lado, foi fruto do amadurecimento dos trabalhadores rurais e suas entidades sindicais que transcenderam das reivindicações por melhores condições de trabalho para uma etapa posterior, na qual a volta ao campo, na condição de camponês, se materializou com desenvolvimento de três assentamentos em áreas estaduais de hortos florestais: Córrego Rico, em Jaboticabal, Ibitiúva, em Pitangueiras e o assentamento Guarani, em Pradópolis. Por outro lado, ganhou, na territorialização do MST, além de mais dois assentamentos (o PDS Sepé Tiarajú, em Serra Azul e



PDS da Barra, em Ribeirão Preto), um caráter mais combativo e conflitivo com o agronegócio.<sup>6</sup>

O que chamam de PDS da barra hoje pode ser chamado de Mario Lago, pois é o principal assentamento deste PDS, é organizado pelo MST e conta com mais da metade das famílias assentadas.

E de lá pra cá, pode-se dizer que há uma guerra declarada entre os movimentos sociais de luta pela terra e seus diversos aliados contra o agronegócio e suas instituições, podendo citar como grande conquista dos movimentos o PDS da Barra em 2007.

A Fazenda da Barra, que outrora servia ao plantio de cana-de-açúcar, foi desapropriada e destinada para fins de reforma agrária em 2003 (Carvalho, 2011).

Esta conquista é algo extremamente simbólico para os movimentos sociais de luta pela terra, já que ocorreu em plena capital do agronegócio, como ensina Carvalho:

Cabe frisar que para o MST este assentamento é emblemático, pois no município considerado a “capital nacional do agronegócio”, a sua desapropriação se deu pelo não-comprimento da função social da propriedade rural. (p. 152)

Outro importante fator que merece destaque e enaltece a conquista é o fato de o assentamento ser nas barbas da especulação imobiliária, tanto que atualmente (2023), faz divisa de cerca com empreendimentos imobiliários de moradias urbanas (prédios) recentes.

O que se quis demonstrar ao longo do trabalho é que, apesar da hegemonia do agronegócio, sempre houveram movimentos de resistência, que de certa forma, se mostraram eficazes para combater o inimigo de maneira ideológica, trazendo a questão agrária para o campo do convencimento das pessoas sobre o que é “bom e o que é ruim” ou o “quem é o certo e quem é o errado” nesta nesta discussão.

A análise de cada instrumento utilizado pelo agronegócio para impor a hegemonia da sua ideologia merece um trabalho próprio. As artes, a

---

<sup>6</sup>Carvalho, Joelson Gonçalves. Questão Agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto. Campinas. Tese doutorado Unicamp. 2011.

música, a ocupação de terra, etc, cada um destes elementos culturais em disputa precisam ser estudados, mas é sobre o controle da educação que este trabalho pretende destacar.

Para tal, far-se-a uma breve exposição sobre a história da educação na região, bem como a quem ela servia.

Apesar de o ano de 1874 ser considerado o marco da educação na região de Ribeirão Preto (Jayme, 2012), a maioria dos professores e escolas da época não eram gratuitas, de modo que somente após 1913 é que o acesso à vida escolar começou a aumentar entre a população, quando surgiu a primeira lei municipal sobre o tema.

Vejamos a lei municipal n. 201 de janeiro de 1913:

Art.1º O ensino municipal far-se-há por modo de escolas publicas municipaes, fundadas, providas e custeadas pela Municipalidade e escolas subvencionadas, umase outras destinadas ao ensino primário;

Art. 2º As escolas publicas municipaes serão creadas fóra da cidade ou povoações, nos centros agricolas, onde, em um raio de dois kilometros, haja pelo menos 40 individuos de 7 a 15 annos;

Art. 5º As escolas municipaes serão fundadas de preferencia, nos logares onde umou mais proprietarios dérem gratuitamente casa a escola e para a residencia do professor;

Art. 6º As escolas subvencionadas serão escolas particulares, diurnas ou nocturnas situadas na zona rural e nocturnas situadas na cidade.

Art. 7º Sempre que uma escola particular subvencionada puder subsistir em determinado lugar com igual proveito para o ensino, deverá ser instituida de preferencia á escola publica.

Art. 9º Para a concessão da subvenção dar-se-há preferencia áquellas escolas que forem mantidas por

cooperativas e associações beneficentes ou filantropicas de operarios agricolas ou não.

Na legislação acima transcrita, apesar de constar a educação prioritariamente em áreas rurais, deixa a brechas para o que o controle social do coronelismo prevaleça sobre o plano pedagógico das instituições que viriam a ser criadas, como pode se ver na crítica à subvenção escolar abaixo (Jayme, 2012):

Garantir legalmente o perfil das escolas que pudessem receber a subvenção significava também uma tentativa de homogeneização, ainda que pulverizada, pois seria uma maneira de espelhar nos estabelecimentos particulares os anseios do público e currículo a ser ensinado que, em hipótese, deveriam abranger as raras escolas municipais. Custear apenas o ensino primário é mais um indício de que as escolas não seriam somente um bem do povo, mas sim espaços de interesse das elites em civilizar e higienizar a população, segundo os ditames daqueles tempos. Síntese de discussões iluministas e liberais de séculos anteriores, e oriundas de outros países, havia o consenso de que a educação gratuita seria destinada aos grupos populares. Em regra, esta instrução não deveria ultrapassar conhecimentos elementares, saberes estes úteis à inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e extinção da pluralidade de valores, hábitos, linguagens.(p. 73)

Olhemos, assim, com maior atenção, o quinto artigo. Além de afrouxar a obrigatoriedade da implantação de estabelecimentos educacionais, ao tratar exclusivamente de uma ação pública, ou seja, a criação de escolas municipais, são envolvidas iniciativas particulares, amálgama de interesses que revelam uma marca coronelista. Os artigos 5º e 9º permitiriam as

trocas de favores entre os homens de mando, fossem estes doutores que no poder municipal custeariam escolas nas fazendas de coronéis que, por sua vez, garantiriam a imagem de bons patriarcas preocupados com a qualidade de vida de seus colonos. Fossem estes coronéis que, com a influência política que desfrutavam, conseguiriam empréstimos ou verbas, estaduais e\ou particulares que dariam robustez aos cofres municipais possibilitando melhoramentos na cidade e a impressão de boa gestão do poder executivo. Fossem, também, outras formas de permuta, visto que, conforme discutido no capítulo anterior, os coronéis daquelas plagas possuíam cafezais e negócios citadinos. (p. 74)<sup>7</sup>

A influência coronelista foi tamanha na educação inicial de Ribeirão Preto, que concessão de férias escolares ficava a critério do fazendeiro e dos períodos de safra (Jayme, 2012), desconsiderando a existência daquelas crianças como alunos, mas apenas como trabalhadores rurais.

O fato é que entre 1903 e 1919, a população escolar saltou de uma quantidade de pouco mais de 3 mil crianças em idade escolar e menos de mil recebiam algum tipo de educação, para uma população com idade escolar de 12 mil crianças e 4.300 tinha acesso à escola, a maioria vivendo em fazendas (Jayme, 2012).

No entanto, o fenômeno do êxodo rural foi fazendo com que as escolas localizadas em áreas rurais fossem se tornando locais abandonados, associados ao atraso do latifúndio, forçando quem quisesse receber uma educação formal mais avançada e não ter que estudar na “escolhinha da roça” a migrar para a cidade, legitimando seu fechamento e dando fim à era das *escolas isoladas*.

Estas menções sobre os primeiros passos de uma educação formal em Ribeirão Preto foram necessárias para entender qual é a relação que os ruralistas têm com as escolas locais, tendo em vista que são seus

---

<sup>7</sup>Jayme, Lúcia de Rezende, 1984- A educação pública na Petit Paris paulista (Ribeirão Preto, 1890/1920) / Lúcia de Rezende Jayme. - 2012.

controladores desde sempre.

Já nos tempos modernos da Califórnia brasileira, o MST que desde o seu início entende que a escola deve ajudar nos assentamentos visando dar condições aos camponeses para que permaneçam, produzam e tenham uma vida digna no campo<sup>8</sup>, passou a lutar pela construção de uma escola dentro do assentamento.

A monocultura e a mecanização, tentam passar uma impressão de um campo sem ninguém. E se não tem ninguém, desnecessário então a manutenção de aparelhos públicos como escolas e unidades de saúde nestas localidades, fazendo com que os camponeses que optem viver nas áreas rurais necessitem sair de lá para ter acesso aos direitos mais básicos, como saúde e educação. O grande impasse é que o campo sem o camponês é incapaz de produzir militantes de luta por terra, fazendo do projeto do agronegócio algo totalmente hegemônico.

Estudos recentes mostram que foram desativadas 33.002 escolas rurais em todo o território nacional e no mesmo período houve um aumento de 16.963 escolas em áreas urbanas. Ou seja, em todas as regiões do país, houve uma retração na educação em áreas rurais em regiões onde houve expansão do agronegócio, inclusive das lavouras de cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto<sup>9</sup>.

Já de compreensão deste fenômeno que está fechando as escolas, o MST, em 2011 lançou a campanha “Fechar escolas é crime”, combatendo o fechamento de escolas em áreas rurais por todo o país.

Mas o que deveria fazer o emblemático MST de Ribeirão Preto durante esta campanha, tendo em vista que nunca existiu uma escola dentro do assentamento? A resposta das mulheres do Assentamento Mario Lago foi bem simples: lutaremos pela construção de uma escola do campo dentro do PDS da Barra.

Ainda em 2011, as mulheres do MST do Assentamento Mario Lago protocolaram um pedido junto à prefeitura para que fosse construída a

<sup>8</sup>MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Boletim da Educação Nº 01 – Ocupar, resistir e produzir também na educação. V.1. Agosto, 1992. Disponível em <<https://mst.org.br/download/mst-boletim-da-educacao-no-01-ocupar-resistir-e-produzir-tambem-na-educacao/>>. Acesso em 05 jan. 2023.

<sup>9</sup>LINES, Roberta da Costa. TESE Agro é... retrocesso na educação: a relação entre o avanço do agronegócio e a retração da oferta escolar rural nos últimos anos no Brasil. / 2022. P. 154

escola do campo. Entre as negociações, a prefeita chegou a dizer que a obra seria construída no ano seguinte e que só necessitava que o INCRA cedesse a área da escola. Lamentavelmente, só em 2014 é que o termo de cessão de uma área de 10 mil metros quadrados para a construção de uma escola na Fazenda da Barra foi entregue pelo INCRA.

Diante da inércia injustificada do município para iniciar as obras, foi necessária a intervenção do Ministério Público, que em 2016 firmou um TAC (inquérito civil 14.1149.000014/2016 -GEDUC-NRP), em que a prefeitura se comprometia a iniciar quase que imediatamente os procedimentos burocráticos, para enfim construir uma escola do campo no Assentamento Mario Lago.

Ocorre que o acordo foi descumprido e nenhuma medida coercitiva foi tomada por parte do MP ou qualquer outro órgão. Nem ao menos a multa prevista no TAC foi executada, bem como não houve qualquer ação civil pública contra o município.

Enquanto a escola do campo não sai do papel, o agronegócio, na figura da ABAG, se utiliza de governos alinhados para impor sua ideologia nas escolas públicas locais.<sup>10</sup>

O conteúdo deste material distribuído pela ABAG nas escolas da rede pública de Ribeirão Preto já foi denunciado em outras pesquisas: (2018)<sup>11</sup>:

Mais do que tentar romper com a visão do campo atrasado, trata-se de imputar o atraso aos oponentes do agronegócio. O material da ABAG promove o ideal do agronegócio como o que existe de mais moderno no campo produtivo brasileiro. Ao se referirem aos professores como importantes formadores de opinião, parecem finalmente aceitar as longas lutas populares por educação, o que já anuncia a intenção de estimular o consenso da população em torno de seu próprio projeto.

Para autores como alguns autores, o fechamento de escolas é um dos

---

<sup>10</sup><https://www.abagrp.org.br/programa-educacional-agronegocio-na-escola>

<sup>11</sup>A ABAG como partido da classe dominante e a formação para o consenso, referenciado no capítulo Estado e dominação burguesa: revisitando alguns conceitos do livro Hegemonia burguesa na educação pública: problematizações no curso TEMS

quatro elementos que indicam a ofensiva do agronegócio contra a educação do campo. Os outros três são a mercantilização da educação, o avanço do agronegócio nas escolas públicas brasileiras e a ressignificação do conceito de Educação do Campo (Lines, 2002), todos elementos presentes há tempos na região de Ribeirão Preto.

Fechamento/inexistência e avanço do agronegócio nas escolas públicas já foi demonstrado que estão presentes. Quanto à mercantilização da educação, reportagens indicam que escolas particulares tiveram mais matrículas que escolas públicas entre 2003 e 2013<sup>12</sup>.

Autores como Bellentani afirmam que uma das diferenças entre a educação da cidade e a do campo está nos valores, assim ele explica:

A realidade concreta e contraditória que envolve o campo e a cidade nos revela a valoração dada à educação para o desenvolvimento humano pelos entrevistados. A importância da educação está ligada a uma relação intrínseca entre o trabalho e a educação, ou seja, na área de periferia urbana há uma conexão muito imediata entre a educação e oportunidade de emprego e/ou aumento salarial; no campo, isso também ocorre em alguns casos, mas não com a intensidade que foi percebida na cidade. Nos assentamentos, o valor dado à educação muitas vezes ultrapassa essa relação trabalho-educação, se ligando diretamente às questões de valores humanos, como por exemplo, respeito, dignidade, tolerância, honestidade, solidariedade, companheirismo e responsabilidade.<sup>13</sup>

Como pôde ser visto ao longo do trabalho, o agronegócio e os movimentos sociais de luta por terra na região de Ribeirão Preto há muito tempo travam também um debate ideológico além da luta pela terra em si.

---

<sup>12</sup><https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2013/03/escolas-particulares-ganham-mais-alunos-que-publicas-em-ribeirao.html>

<sup>13</sup>BELLENTANI, Natália Freire. Indicadores de desenvolvimento humano no campo e na cidade - Ribeirão Preto, SP. 2010. 196 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2010.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em locais onde o agronegócio é historicamente hegemônico, o papel dos movimentos sociais acaba por ficar essencialmente no campo da disputa ideológica, ou seja, do convencimento da sociedade sobre quem está realmente certo nessa briga.

A hegemonia do agronegócio e a potencialidade de seus instrumentos de convencimento em regiões como Ribeirão Preto, também fez florescer focos de resistência, que por óbvio não poderiam vencer o latifúndio, mas conseguiram chamar atenção para o que realmente estava ocorrendo na região, seja pela arte de Portinari, ou pela luta dos militantes do MST que desenvolveram um assentamento no coração do inimigo, ou até mesmo pelas mulheres do assentamento Mario Lago que se utilizam de instrumentos jurídicos para conseguir a escola do campo.

Atualmente, a educação do campo é considerada instrumento de transformação social e é imprescindível para a formação dos futuros ativistas na luta pela reforma agrária popular, por isso tem sido objeto de disputa entre os movimentos e o agronegócio.

Sendo assim, além de lutar contra o fechamento de escolas do campo, os movimentos sociais de luta pela terra adotaram também uma estratégia ofensiva, ou seja, lutar pela abertura de escolas do campo e, se for concretizada na capital do agronegócio, podem ser construídas em qualquer outro lugar em que exista presença do agro e não existam escolas do campo.

A importância da abertura de uma escola do campo em plena capital do agronegócio é de grande valia para o MST, pois abrirá um precedente que poderá servir de modelo de luta para todos os assentamentos em que haja forte presença do agronegócio, mas não existem escolas.

É necessário reconhecer o êxodo rural como uma doença social e que precisa ser remediada com a volta das pessoas para o campo, mas isso só será possível quando as áreas rurais contarem com aparelhos públicos básicos, como no caso as escolas. Mais do que políticas anticíclicas (que já não são aplicadas), é imperioso que se façam políticas reversivas. A onda



de migração do campo para a cidade ainda ocorre e deve ser revertida, se ainda quiserem existir os movimentos de luta pela terra, soberania alimentar saudável, agroecologia, dentre outros conceitos sustentados pelos movimentos sociais, pois um campo sem camponês é o objetivo maior do agronegócio, consolidando de vez sua ideologia nos territórios rurais.

Portanto, é fundamental o papel dos movimentos sociais de luta pela terra, em especial o MST, na disputa pela educação, sendo necessária a criação de uma escola do campo em cada assentamento do país para que seja alcançada a reforma agrária popular.

## **REFERÊNCIAS**

ADOUE, Silvia Beatriz. Las cadenas de extracción y los pueblos preexistentes. Nuestra América en la encrucijada: pandemia, rebeliones y estados de excepción María Orlanda Pinassi... [et al.]; compilado por Silvia Beatriz Adoue; María Orlanda Pinassi; Mariano Feliz. - 1ª. ed. volumen combinado.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta; Contrahegemoníaweb; México: Incendiar el océano, 2020

BELLENTANI, Natália Freire. Indicadores de desenvolvimento humano no campo e na cidade - Ribeirão Preto, SP. 2010. 196 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2010.

CARVALHO, Joelson Gonçalves. Questão Agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto. Campinas. Tese doutorado Unicamp. 2011.

FREIRE, Paulo Francisco Soares. A questão da reforma agrária e do agronegócio, sob o aspecto da produtividade -: o caso da região de Ribeirão Preto-SP. 2013. 132 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2013.

GIUNDINI,

Eduardo.

<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2013/03/escolas-particulares-ganham-mais-alunos-que-publicas-em-ribeirao.html> <acesso em 22/06/2023>

JAYME, Lúcia de Rezende, -A educação pública na Petit Paris paulista (Ribeirão Preto, 1890/1920) /Lúcia de Rezende Jayme. - 2012.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. Educação, trabalho e ideologia : análise da relação agronegócio e educação na região de Ribeirão Preto SP. 2014. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

LINES, Roberta da Costa. TESE Agro é... retrocesso na educação: a relação entre o avanço do agronegócio e a retração da oferta escolar rural nos últimos anos no Brasil. / Roberta da Costa. 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Boletim da Educação Nº 01 - Ocupar, resistir e produzir também na educação. V.1. Agosto, 1992. Disponível em <<https://mst.org.br/download/mst-boletim-da-educacao-no-01-ocupar-resistir-e-produzir-tambem-na-educacao/>>.

Acesso em 05 jan. 2023.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. Nos tempos da "petit paris": a urbanização em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, no auge da economia cafeeira (1880-1930). ESTUDIOS HISTORICOS - CDHRPyB- Año V - Diciembre 2013 - Nº 11 - ISSN: 1688 - 5317. Uruguay. 2013.

RIBEIRÃO PRETO, Associação Brasileira do Agronegócio da região de Ribeirão Preto. Programa Educacional "Agronegócio na Escola". Ribeirão Preto. 2023. Disponível em: <<https://www.abagrp.org.br/programa-educacional-agronegocio-na-escola>>. Acesso em: 01 fev. 2023.